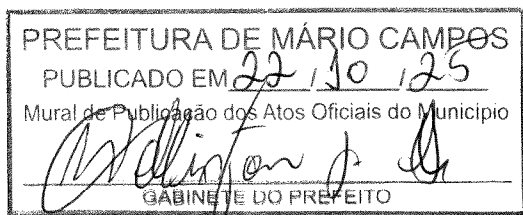




PREFEITURA
Mário Campos
Cuidando da nossa gente,
transformando o nosso futuro.

LEI Nº 960, DE 20 DE OUTUBRO DE 2025



Dispõe sobre a criação do Fundo Municipal de Bem-Estar e Proteção Animal de Mario Campos e do Conselho Municipal de Proteção e Bem-Estar Animal de Mário Campos e dá outras providências.

O Povo do Município de Mario Campos, através de seus representantes legais aprovou, e eu, Prefeita, sanciono a seguinte lei:

Art. 1º. Fica criado o Fundo Municipal de Bem-Estar e Proteção Animal de Mário Campos que tem por finalidade captar e aplicar recursos visando o financiamento, investimento, expansão, implantação e aprimoramento das ações voltadas à proteção e bem-estar dos animais, bem como o implemento do controle populacional e demais medidas para a promoção e preservação da saúde dos animais.

Parágrafo único. As ações de que trata o *caput* deste artigo têm por objetivo criar condições para conscientização e ação conjunta da Sociedade Civil e do Poder Público na implementação de políticas públicas de proteção e bem-estar animal no Município de Mário Campos.

Art. 2º. O Fundo Municipal de Bem-Estar e Proteção Animal de Mário Campos, terá a natureza de fundo contábil, sem personalidade jurídica, e ficará subordinado orçamentária e operacionalmente à Secretaria Municipal de Obras e Meio Ambiente, por meio do Secretário da Pasta, vinculado ao Conselho Municipal de Proteção e Bem-Estar Animal de Mário Campos.

Art. 3º. Os recursos do Fundo Municipal de Bem-Estar e Proteção Animal de Mário Campos serão destinados a ações, programas e projetos que contemplem os seguintes objetivos:

- I. incentivo da posse responsável dos animais, assegurando-lhes condições dignas de vida e o cumprimento do direito ao abrigo, alimentação adequada, água potável, vacinas e espaço físico adequado ao seu deslocamento e desenvolvimento;



- II. apoio, financiamento e investimento em programas e projetos relativos ao bem-estar dos animais;
- III. implantação e desenvolvimento de programas de controle populacional, que contemplem castração, registro, identificação, recolhimento, manejo e destinação de animais;
- IV. fiscalização e aplicação da legislação municipal relativa à proteção e controle, bem como aquelas relativas à criação, comercialização, propriedade, posse, guarda, uso, transporte, tráfego e demais normas concernentes aos animais, dentro do território municipal;
- V. apoio a programas e projetos que visem defender, oferecer tratamento e destinação aos animais;
- VI. promoção de medidas educativas e de conscientização;
- VII. informação e divulgação de ações, programas, projetos, medidas preventivas e profiláticas, normas, princípios e preceitos voltados ao bem-estar animal;
- VIII. capacitação de agentes, funcionários e profissionais de pessoas jurídicas de direito público ou privado, para os fins de proteção da vida animal.

Art. 4º. Constituem receitas do Fundo:

- I. doações, legados ou subvenções de pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado;
- II. recursos provenientes de acordos, contratos, consórcios e convênios, termos de cooperação e outras modalidades de ajuste;
- III. rendimentos obtidos com a aplicação de seu próprio patrimônio;
- IV. recursos provenientes da arrecadação das multas impostas por infrações à legislação de proteção aos animais e às normas de criação, comercialização, propriedade, posse, guarda, uso, transporte, tráfego e demais normas referentes aos animais domésticos e domesticados no Município, estipuladas no art. 101 da Lei Complementar nº 07, de 24 de junho de 2003 – Código de Posturas do Município de Mário Campos.



- V. recursos provenientes de Termos de Ajustamento de Conduta - TAC, firmados pelo Município, em casos que tratem de ações envolvendo a causa animal, bem como os valores aplicados em decorrência do seu descumprimento;
- VI. recursos provenientes de repasses previstos em legislação de proteção aos animais e controle animal;
- VII. transferências ou repasses financeiros provenientes de convênios celebrados com os governos federal e estadual, destinados à execução de planos e programas de interesse comum no que concerne às ações de promoção do bem-estar animal;
- VIII. empréstimos nacionais, internacionais e recursos provenientes de ajuda e cooperação internacional e de acordos intergovernamentais, emendas;
- IX. outras receitas eventuais.

Art. 5º. Os recursos do Fundo serão depositados, obrigatoriamente, em conta corrente específica de estabelecimento oficial de crédito sob a denominação de Município de Mário Campos Fundo Municipal de Bem-Estar e Proteção Animal.

§1º Todo recurso financeiro vinculado, existente na conta bancária no final do exercício fiscal, será disponibilizado para o exercício seguinte, mediante alteração de fonte.

§2º trimestralmente, deverá ser enviado ao Conselho Municipal de Proteção e Bem-Estar Animal extrato bancário do Fundo Municipal de Bem-Estar e Proteção Animal de Mário Campos.

§3º Os ativos e bens adquiridos com recursos financeiros do Fundo integrarão o patrimônio do Município de Mário Campos.

§4º A contabilidade do Fundo obedecerá às normas da contabilidade do Município de Mário Campos e todos os relatórios gerados para a sua gestão passarão a integrar a contabilidade geral do Município.

§5º Os recursos do fundo poderão ser aplicados em conta poupança quando não estiverem sendo utilizados na consecução de suas finalidades, objetivando o aumento de suas receitas, cujos resultados serão revertidos a ele.



Art. 6º. A movimentação e liberação dos recursos dependerão de prévia e expressa autorização do Conselho Municipal de Proteção e Bem-Estar Animal de Mário Campos, mediante a apresentação de projetos na forma que dispuser o seu Regimento Interno.

Art. 7º. Fica criado o Conselho Municipal de Proteção e Bem-Estar Animal de Mário Campos que será o gestor do Fundo Municipal de Bem-Estar e Proteção Animal de Mário Campos.

Art. 8º. A gestão do Fundo compreenderá a fixação de diretrizes, elaboração de planos de ação, escolha de prioridades para alocação dos recursos, análise e aprovação de projetos, acompanhamento de sua aplicação e controle de resultados.

Art. 9º. O Conselho Municipal de Proteção e Bem-Estar Animal de Mário Campos é órgão de caráter deliberativo, e será formado por 10 (dez) representantes e respectivos suplentes do Poder Público Municipal e da Sociedade Civil, com a seguinte constituição:

- I. um representante da Secretaria do Meio Ambiente;
- II. um representante da do Controle de Zoonoses;
- III. um representante da Secretaria de Educação;
- IV. um representante do controle urbano;
- V. um representante da Assessoria de Comunicação Institucional;
- VI. cinco representantes da sociedade civil atuantes na proteção animal.

Art. 10. O Conselho Municipal de Proteção e Bem-Estar Animal de Mário Campos, uma vez constituído, poderá solicitar a colaboração de órgãos e instituições municipais, estaduais e federais, públicas ou privadas, para o desenvolvimento de programas e projetos destinados à defesa dos animais, nos limites de sua competência.

Art. 11. Os representantes do Poder Público no Conselho Municipal de Proteção e Bem-Estar Animal de Mário Campos serão indicados pelos(as) Secretários(as) ou Gerentes de Departamento das respectivas pastas mencionadas nos incisos do art. 9º desta Lei, e, em conjunto, comporão a Junta Provisória responsável por organizar o processo de eleição dos membros da sociedade civil para a composição do Conselho.



§1º As normas da eleição serão dispostas no Regimento Interno do Conselho Municipal de Proteção e Bem-Estar Animal de Mário Campos.

§2º Os Conselheiros indicados e eleitos serão nomeados pelo(a) Prefeito(a) e terão mandato de 2 (dois) anos.

§3º A Presidência do Conselho Municipal de Proteção e Bem-Estar Animal de Mário Campos e demais cargos da Diretoria serão exercidos entre os membros que o compõe, mediante votação direta e aberta com a definição das regras estabelecidas no regimento interno.

§4º O funcionamento do Conselho Municipal de Proteção e Bem-Estar Animal de Mário Campos será disciplinado em seu Regimento Interno, o qual deverá ser elaborado por seus membros e, após aprovação pela maioria absoluta, homologado por Decreto do Poder Executivo.

Art. 12. Compete ao Conselho Municipal de Proteção e Bem-Estar Animal de Mário Campos:

- I. estabelecer as diretrizes para a gestão do Fundo Municipal de Proteção e Bem-Estar Animal de Mário Campos;
- II. aprovar as operações de financiamento;
- III. deliberar quanto à aplicação de recursos;
- IV. submeter, anualmente, à apreciação da Secretaria de Obras e Meio Ambiente, relatório das atividades desenvolvidas;
- V. administrar e prover o cumprimento das finalidades do Fundo;
- VI. aceitar doações, legados, subvenções e contribuições de qualquer natureza;
- VII. elaborar relatório financeiro mensal, com o demonstrativo de receitas e despesas, a ser encaminhado à Secretaria Municipal de Fazenda, para contabilização.

Art. 13. O Conselho Municipal de Proteção e Bem-Estar Animal de Mário Campos estabelecerá as diretrizes, prioridades e programas de alocação dos recursos do Fundo, em conformidade com a Política Municipal, obedecidas as diretrizes federais e estaduais e os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e isonomia.



PREFEITURA
Mário Campos

Cuidando da nossa gente,
transformando o nosso futuro.


Art. 14. As funções dos membros do Conselho serão consideradas como serviço público relevante, vedada sua remuneração a qualquer título.

Art. 15. A aplicação das receitas orçamentárias será feita através das dotações constantes da Lei Orçamentária Anual, obedecidas às disposições do Plano Plurianual de Aplicações e da Lei de Diretrizes Orçamentárias do exercício fiscal.

Art. 16. No presente exercício, fica o Executivo autorizado a abrir crédito adicional especial, no montante necessário para atender às despesas com a execução desta lei.

Art. 17. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Mário Campos, 21 de outubro de 2025.


Andresa Aparecida Rocha Rodrigues
Prefeita Municipal

